ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) TATIANA ESTEVES POLY BRANCO

A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA NO SÉCULO XXI E SEU IMPACTO NA VULNERABILIDADE EXTERNA BRASILEIRA

Rio de Janeiro

2018

CC (IM) TATIANA ESTEVES POLY BRANCO

A RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE BRASIL E CHINA NO SÉCULO XXI E SEU IMPACTO NA VULNERABILIDADE EXTERNA BRASILEIRA

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Archimedes Francisco DELGADO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai por iluminar os meus passos e conceder-me saúde e sabedoria para superar os desafios. E a Maria, Nossa Mãe, pela sua intercessão.

Ao meu amado esposo, Alexandre Henrique, pela cumplicidade e incentivo durante a preparação e realização do CEMOS 2018 e a minha adorável filha Victória, que embora não tenha conhecimento, é fonte diária de inspiração e razão do meu viver.

Aos meus pais, José Luiz e Luzia, pelos exemplos dados e incansável apoio a minha formação humana e profissional.

Ao meu orientador, CMG (RM1) Delgado, pelos ensinamentos e orientações que nortearam a confecção deste trabalho, sempre de maneira disposta e precisa.

Aos companheiros da turma CEMOS 2018 pela troca de conhecimentos e constante cordialidade durante o curso.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade de aprimoramento intelectual e profissional.

RESUMO

A China é a segunda maior economia e o primeiro exportador global além de possuir um crescente alcance militar e econômico na Região Indo-Pacífica. Além disso, esse Estado tem despertado o interesse geopolítico no Sistema Internacional. Ao final da primeira década do século XXI, o Estado asiático tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando uma longa hegemonia estadunidense. Cabe aludir que 95% do comércio internacional do Brasil é realizado por meio de transporte marítimo. De 2016 para 2017, o saldo comercial saltou de US$ 11,7 bilhões para US$20,2 bilhões, ambos aproximadamente. Em outras palavras, houve uma elevação de 72,7%. Mediante esse cenário, a presente dissertação tem o objetivo de abordar, de forma sucinta, a parceria comercial sino-brasileira, no período de 2008 a 2017, e verificar o impacto desse relacionamento no Estado brasileiro, em termos de vulnerabilidade externa. Para tal, o trabalho baseia-se em uma metodologia de pesquisa bibliográfica e analítica. Após empreendida a pesquisa, da análise de informações sobre o intercâmbio comercial dos últimos dez anos, coletadas com base no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), constata-se que há um desequilíbrio quanto à natureza qualitativa da pauta de exportações de ambos Estados: os produtos enviados do Brasil para a China são, em sua grande maioria, produtos de baixo valor agregado (matérias-primas); por outro lado, a China exporta ao Brasil, principalmente, manufaturados. A partir do cenário apontado, depreende-se que o Estado brasileiro terá que reverter o processo de deslocamento da estrutura de produção na direção do setor primário-exportador. Dentre as principais consequências desse deslocamento vale destacar os processos de reprimarização do padrão de comércio exterior e de desindustrialização.

Palavras-chave: Brasil e China, Parceria comercial, Reprimarização, Desindustrialização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BC	Balança Comercial
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CBERS	*China-Brazil Earth Resources Satellite*
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
EUA	Estados Unidos da América
Fed	*Federal Reserve*
FOB	*Free On Board*
G-20	Grupo dos 20
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China
SH	Sistema Harmonizado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

A República Popular da China (RPC) é o Estado mais populoso do mundo, com 1,37 bilhão de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) é o segundo maior do mundo, estimado em US$ 11,94 trilhões, em 2017. Além disso, a China possui, atualmente, uma das economias que mais crescem no mundo, embora tenha apresentado uma desaceleração nos últimos anos, com uma taxa de 6,8% em 2017 (THE GLOBAL ECONOMY, s.d.). O Estado asiático transformou-se, assim, em uma das economias mais prósperas do planeta e estabeleceu um novo panorama nas relações de poder político e econômico mundial.

A política externa da China, por sua vez, colabora para que a América Latina, em especial o Brasil, passe a ser essencialmente vista pelos empresários chineses como um reservatório de recursos energéticos, matérias-primas e alimentos. Isso porque estes recursos são considerados primordiais para sustentar o modelo chinês de desenvolvimento adotado, sobretudo no momento de sua franca ascensão. Interessa também aos chineses garantir mercados para seus produtos e investidores, especialmente quando considerada a tendência de aprofundamento de processos regionais e de mercados cada vez mais competitivos e restritivos (BECARD, 2008).

No início do século XXI, verificou-se o deslocamento do centro de gravidade da economia global do “Atlântico” para o “Pacífico”, como resultado da rápida ascensão da China. Ao final da primeira década do século XXI, o Estado asiático se tornou o principal parceiro comercial do Brasil, suplantando uma longa hegemonia estadunidense em nosso comércio internacional. Convém aludir que 95% do comércio internacional do Brasil é realizado por meio de transporte marítimo e que foram movimentados, no ano de 2017, cerca de 1,09 bilhão de toneladas. Ainda em relação ao transporte marítimo, a China é o nosso principal destino de exportação, com 307 milhões de toneladas de produtos, e os principais

itens de exportação são o minério de ferro, a soja e o petróleo bruto (ANTAQ, 2017).

Ao observar esse cenário, o presente estudo tem o objetivo de avaliar se a parceria sino-brasileira, na esfera comercial, tem aumentado a vulnerabilidade externa do Brasil; porque tem-se em vista a questão da reprimarização das exportações brasileiras para a China, que é caracterizada pela crescente participação das *commodities* na pauta exportadora do Estado brasileiro, e pela consequente perda de competitividade nos produtos manufaturados.

Diante desse objetivo, a seguinte pergunta guia esta pesquisa: a relação comercial entre Brasil e China, nos últimos anos, caracterizou-se como assimétrica e de dependência para o Estado brasileiro? Para tanto, a hipótese inicial desta pesquisa é a de que há, sim, uma relação assimétrica e de dependência, uma vez que o intercâmbio comercial sino-brasileiro tem se pautado, principalmente, na exportação de *commodities* do Brasil para a China e se associado à importação de produtos manufaturados chineses.

Para alcançar este objetivo, a presente pesquisa se propõe a analisar a relação comercial entre Brasil e China, sob a ótica da geopolítica brasileira, no recorte temporal que se estende entre 2008 e 2017. Para isso, destaca-se a composição do intercâmbio comercial e seus impactos para o Estado brasileiro, em termos de vulnerabilidade.

Além disso, de modo a empreender este estudo, a metodologia empregada nesta dissertação é descritiva e analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica. Cabe mencionar que, desse modo, há a utilização de séries históricas do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), obtidas por meio do Sistema COMEX VIS (MDIC, s.d.).

Cabe ressaltar, por fim, que a pesquisa é apresentada nesta dissertação em seis capítulos. O primeiro capítulo, que ora se apresenta, consiste em sua introdução e aborda o objetivo da pesquisa, a questão da pesquisa, a hipótese, a delimitação do objeto, a metodologia e a estruturação de seu produto final.

O segundo capítulo, por sua vez, apresenta o referencial conceitual e teórico que é

empregado no desenvolvimento do trabalho. Desse modo, primeiramente, é apresentado o conceito de Geoeconomia, que foi cunhado pelo estrategista Edward Luttwak (1990), o qual particulariza a lógica Geopolítica e lhe ressalta a dimensão do poder econômico. Em seguida, é explicada a Teoria do Comércio Internacional, por meio do modelo neoclássico e do enfoque neofatorial, os quais considera que a vantagem comparativa nas trocas comerciais se deve ao diferencial na dotação de fatores de produção. E por fim, é abordada a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye (1977), na qual o nível de vulnerabilidade de cada parte, na relação de interdependência, está intrinsecamente ligado à dependência e à capacidade de resposta às transformações ocorridas na relação no decorrer do tempo.

O terceiro capítulo consiste em um sucinto histórico da aproximação entre Brasil e China, a partir da segunda metade do século XX. Além disso, nesse capítulo, são apresentados os principais acordos e tratados que reforçaram as relações sino-brasileiras nos mais diversos âmbitos, como nos campos político-institucional, do transporte marítimo, da ciência e tecnologia, do planejamento e infraestrutura, com destaque para a dimensão econômico-comercial.

No quarto capítulo é analisado o intercâmbio comercial sino-brasileiro, de forma quantitativa e qualitativa, por meio de dados extraídos do COMEX VIS (MDIC, 2018), abordando a composição da pauta exportadora e importadora para o período de 2008 a 2017. Nesse capítulo, também se analisa se o comportamento do fluxo comercial do Brasil, em relação à China, encontra-se em consonância com o modelo neoclássico da Teoria do Comércio Internacional.

Por sua vez, no quinto capítulo é feita uma avaliação do impacto da relação comercial entre Brasil e China para o Estado brasileiro, abordando a questão da reprimarização da pauta exportadora brasileira em relação ao Estado asiático e seus reflexos

em termos de vulnerabilidade externa. Para tanto, no decorrer do capítulo é observado se a referida relação vem se comportando de acordo com a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye.

Por fim, o sexto e último capítulo é dedicado a consolidar as conclusões parciais obtidas na presente pesquisa. Dessa forma, nesse capítulo, são sintetizados os dados e informações apresentados e, em consequência, é respondida a questão de pesquisa apresentada inicialmente.

A relevância do presente trabalho se baseia no fato de que o Brasil, em virtude da sua importância geopolítica na região do Atlântico Sul e por ser um importante ator no comércio marítimo global, deve estar atento às constantes mudanças na conjuntura mundial. Os espaços marítimos são globais, como também são as relações comerciais. Todos os Estados do mundo, mesmo com diferentes níveis de desenvolvimento, possuem atividades comerciais e, portanto, são dependentes da segurança das rotas marítimas e das infraestruturas que suportam tais atividades. O processo de globalização da economia mundial, que diminui barreiras e fomenta o intercâmbio entre os Estados, aumenta, ainda mais, a dependência que o Brasil possui do mar. Dessa forma, haverá a oportunidade de contribuir para a compreensão da política internacional envolvendo Brasil e China, assim como para a percepção da importância geopolítica do Estado asiático. Por tudo isso, é relevante que o Estado brasileiro conheça o seu principal parceiro comercial, a China, e os impactos desse relacionamento em termos de vulnerabilidades externas para o Brasil.

2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

O presente capítulo apresenta o embasamento teórico para o desenvolvimento do trabalho. Inicialmente, é mencionado o conceito de Geoeconomia como a lógica competitiva da geopolítica aplicada às relações internacionais. Na segunda seção, é abordada a Teoria do Comércio Internacional. E, por fim, é abordada a Teoria da Interdependência, de Robert Keohane e Joseph Nye (1977).

2.1 A Geoeconomia: a lógica competitiva da Geopolítica

Com o fim da Guerra Fria[1] (1947-1991), o esfacelamento da ex-União Soviética e a reconfiguração territorial do mundo, a geopolítica tem se dedicado a tentar compreender as novas relações de poder que tendem a surgir a partir destes acontecimentos. Nesse contexto, surgem as novas geopolíticas do mundo pós-Guerra Fria que são extremamente plurais, com destaque para as guerras econômicas, tecnológicas e até culturais, e relativizam as guerras militares (VESENTINI, 2003).

O termo "Geoeconomia" foi cunhado pelo estrategista Edward Luttwak em 1990. Seu artigo "*From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce*" refletia tempos de ansiedade sobre a competitividade dos Estados Unidos da América (EUA) em face da ameaça econômica e comercial que se percebia em relação ao Japão, no mercado mundial. Portanto, Luttwak (1990) foi o primeiro a desenvolver a ideia de que a nova ordem mundial não estaria mais relacionada a aspectos militares ou ideológicos, mas sim econômicos, visando a conquista de mercados, *superávits* na balança comercial e a corrida pelas novas tecnologias e seus ganhos monetários. O autor afirma, ainda, que os conflitos

[1] Expressão cunhada pelo financista estadunidense Bernard Baruch, em 1947, para representar o estado de tensão existente entre os EUA e a URSS (BLAINEY, 2011).

militares continuariam, porém, com uma força reduzida pelo fato da lógica do comércio tomar uma grande parcela do cenário mundial.

Em seu artigo, Luttwak (1990) também menciona que a geoeconomia suplantaria a geopolítica, e um dos motivos seria a redução drástica de Estados socialistas após a Guerra Fria, o que abriria espaço para a disputa capitalista de mercado. Com a revolução tecnológica (ou Terceira Revolução Industrial), o avanço do liberalismo e da globalização, os Estados passariam a ter menos influência no mercado, tendo em vista a atuação de atores não-estatais e transnacionais (empresas transnacionais, organismos intergovernamentais, grupos de interesse, entre outros). Desse modo, a tendência era a de que as disputas econômicas de questões nacionais, militares ou ideológicas seriam separadas.

Verifica-se que tanto a Geopolítica quanto a Geoeconomia estão essencialmente associadas à competição e ao poder internacional. Ainda assim, cabe ressaltar que a Geoeconomia trata da configuração do poder econômico internacional e das interações entre o poder econômico e político na competição geoestratégica entre as principais potências internacionais. Dessa forma, por meio do conceito de Geoeconomia, analisa-se como o relacionamento econômico-comercial, entre o Brasil e a China, poderá influenciar na vulnerabilidade brasileira.

Assim, nas seções seguintes, é abordada a Teoria do Comércio Internacional, em seu modelo neoclássico e com enfoque neofatorial. Ademais, é apresentada e a Teoria da Interdependência Complexa, de Keohane e Nye. Isso porque acredita-se que as teorias em questão fornecem alguns fundamentos para se analisar a relação comercial sino-brasileira dos últimos anos.

2.2 A Teoria do Comércio Internacional – modelo neoclássico

O Comércio Internacional é o conjunto de operações comerciais realizadas entre

Estados, e pode se referir tanto à circulação de bens e serviços como ao movimento de capitais. Os fluxos comerciais entre os Estados baseiam-se em quatro questões básicas: padrão, quantidade, termos de troca e direção do comércio. O padrão do comércio refere-se à estrutura de exportação e importação. A quantidade, por sua vez, é a mensuração dos produtos comercializados internacionalmente. Os termos de troca referem-se à razão entre os preços dos produtos exportados e importados. E, por fim, a direção do comércio consiste na distribuição geográfica dos fluxos de comércio exterior (GONÇALVES, 2005). Assim sendo, na presente seção é apresentada a Teoria do Comércio Internacional, por meio do modelo neoclássico e enfoque neofatorial.

O modelo neoclássico da Teoria do Comércio Internacional é representado pelos trabalhos consecutivos dos economistas Hecksher-Ohlin-Samuelson (1919;1933;1948). Neste modelo, as diferenças de dotações de fatores entre Estados é a principal determinante das vantagens comparativas. As diferenças de escassez relativa de fatores de produção afetam os custos relativos e, por conseguinte, os padrões de comércio. Consequentemente, o modelo neoclássico do comércio internacional prevê que qualquer Estado tende a exportar mercadorias que usem quantidades relativamente altas de seus fatores de produção mais abundantes. Os padrões de vantagens comparativas são, portanto, determinados pela diferença de fatores de produção, de tal forma que, por exemplo, os Estados mais ricos em capital tendem a exportar produtos intensivos em capital (GREMAUD, 2004).

Seguindo o modelo Hecksher-Ohlin-Samuelson, no sentido de que as vantagens comparativas sejam determinadas pela abundância ou escassez dos fatores de produção, o enfoque neofatorial buscou enfatizar a influência dos recursos naturais e do “capital humano”[2] como determinantes no comércio internacional. Assim, a influência das dotações dos recursos naturais é especialmente importante para se entender os padrões de vantagens comparativas

[2] A noção de capital humano refere-se a um conjunto de capacidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, que adquire valor de mercado e se apresenta como forma de capital – entendido como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista (LOPES RUIZ, 2007).

dos Estados exportadores de *commodities*[3] e demais produtos intensivos em recursos naturais – inclusive semimanufaturados, em geral associados à pauta de exportação dos Estados em desenvolvimento. A influência do "capital humano", associada ao trabalho qualificado, como um determinante do comércio internacional, tem sido mais aplicável aos Estados cujo padrão de comércio é altamente industrializado e não intensivo em trabalho físico (GONÇALVES, 2005).

Desse modo, no decorrer do trabalho, é verificado se a relação comercial entre Brasil e China tem o seu comportamento justificado pela Teoria do Comércio Internacional, com base no modelo neoclássico e enfoque neofatorial, no qual a influência das diferenças nas dotações de fatores de produção é especialmente importante para se explicar os padrões de vantagens comparativas dos Estados.

2.3 A Teoria da Interdependência Complexa

A Teoria da Interdependência Complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye (1977), tenta estabelecer e entender a relação entre os atores internacionais. Depreende-se, dessa teoria, que a interdependência complexa revela que os atores são mutuamente dependentes, mas sem uma simetria verdadeira. Esta ausência de simetria é a causadora da possibilidade de criação de poder superior, capaz de pressionar os concorrentes para garantir seus interesses e demonstrar sua capacidade de influenciar no cenário internacional.

A Teoria da Interdependência Complexa tem como base a participação de agentes não estatais, a inexistência de uma hierarquia clara dos assuntos e a ausência do uso da força.

[3] O termo *commodity* pode ser atribuído a um bem de consumo cuja escassez, na forma de exaustão na extração, ou na redução de estoques globais, causará um impacto no preço em âmbito internacional, dada as volatilidades das diferentes moedas no mundo. É comum que a terminologia "*commodity*" seja atribuída às matérias-primas, pois não foram industrialmente transformadas (GEMAN, 2005).

Segundo essa teoria, a interdependência é resultado da multiplicação das interconexões globais e da aceleração dos fluxos financeiros, demográficos, de bens e serviços e de informações (KEOHANE; NYE, 1998).

Verificou-se que com o fim da Guerra Fria e com a improbabilidade de um confronto nuclear, outras questões no cenário internacional foram evidenciadas, como a internacionalização do processo produtivo, fruto da globalização. Para Keohane e Nye (1998), o desenvolvimento da tecnologia viabilizou a disseminação de informações e produtos, dificultando a ação fiscalizadora do Estado e favorecendo a ação de atores não estatais. Os autores apontam, ainda, que esta revolução da informação facilitou que pessoas em qualquer lugar do mundo pudessem influenciar nas relações internacionais.

De acordo com a teoria em questão, as duas dimensões nas quais a interdependência pode ser trabalhada são a sensibilidade e a vulnerabilidade. A sensibilidade é a capacidade de se ajustar para reverter os efeitos de uma ação tomada por outro ator. E a vulnerabilidade revela a fragilidade de um ator, que mesmo após ter tomado medidas protecionistas continua sujeito aos efeitos das ações tomadas pelo outro ator.

Ainda segundo a Teoria da Interdependência, a evolução da política internacional desde 1945 e as estruturas multilaterais construídas para organizar as relações entre os Estados, nos diversos campos, incrementaram as possibilidades de cooperação entre os Estados, reduzindo a incerteza e aumentando a transparência nas relações interestatais (PECEQUILO, 2012).

Convém mencionar que a Teoria da Interdependência aborda a importância dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que podem intermediar as ações dos atores ou estabelecer o diálogo entre os mesmos. Percebe-se, assim, que o papel dessas instituições é fundamental

para as relações internacionais e para o desenvolvimento dos Estados, amenizando, ou até mesmo extinguindo, os potenciais conflitos (WIESE, 2008).

Em vista do exposto, no decorrer do trabalho é verificado se a relação entre o Brasil e a China, no comércio bilateral, no período de 2008 a 2017, encontra-se em consonância com a Teoria da Interdependência, de Keohane e Nye, na qual a ação de cada um dos atores, tentando garantir seus interesses diretos e indiretos, pode criar uma situação de interdependência. Verifica-se, também, se o nível de vulnerabilidade de cada um dos atores está intrinsecamente ligado à dependência e à capacidade de resposta às transformações ocorridas na relação, no decorrer dos últimos anos.

3 HISTÓRICO DA RELAÇÃO BILATERAL BRASIL E CHINA

Neste capítulo é abordada, de maneira sucinta, a reaproximação do Brasil com a RPC a partir da segunda metade do século XX. Desse modo, são analisados alguns dos principais acordos e tratados que reforçaram as relações sino-brasileiras nos mais diversos âmbitos. Dentre eles, podem ser destacados os campos político-institucional, econômico-comercial, do transporte marítimo, da ciência e tecnologia, do planejamento e infraestrutura, entre outros. No que tange às relações comerciais entre Brasil e China, cabe ressaltar que são muito mais antigas do que o período a ser analisado (2008-2017). Além disso, é notório que essas relações se intensificaram nos últimos anos, motivadas, principalmente, pelo processo de abertura econômica brasileira e pelas reformas econômicas adotadas pela RPC e a sua inserção no sistema multilateral de comércio.

Segundo Pires e Paulino (2011), após a eleição de Getúlio Vargas para a presidência da República, em 1951, o Brasil inaugurou um novo período marcado, no plano interno, por políticas de forte cunho nacional-desenvolvimentista e, no plano externo, por uma maior independência econômica dos Estados Unidos da América. Tal fato teve seu auge em 1961, quando o então vice-presidente João Goulart, em visita ao território chinês, foi recebido pelo governo como “grande amigo da China”.

Contudo, o processo de reaproximação sofreu um forte revés em 1964, com a derrubada do presidente João Goulart, quando uma missão comercial chinesa que se encontrava aqui no Brasil foi presa. Vale ressaltar que durante o período de governo do regime militar (1964-1985), a política externa brasileira se alinhava ao direcionamento estadunidense, e no auge da Guerra Fria, a China era um Estado fechado e puramente comunista. Desta forma, verificou-se uma interrupção nas relações diplomáticas entre Brasil e China durante mais de dez anos (PIRES; PAULINO, 2011).

Todavia, em 1975, reconhecendo a importância do Estado asiático para os interesses nacionais, o general Ernesto Geisel, então Presidente da República, reestabeleceu as relações diplomáticas com a República Popular da China:

> (...) o governo brasileiro decidiu restabelecer relações diplomáticas com Beijing, reconhecendo ser esta república a única e legítima representante do povo chinês; além disso, decidiu tomar nota da posição do governo da RPC com relação à condição de Taiwan como parte inalienável de seu território; e, finalmente, concordou que o estabelecimento de suas relações fosse baseado nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica elaborados pela diplomacia chinesa (PINHEIRO, 1993, p. 263).

Em março de 1979, ainda no governo de Ernesto Geisel, foi assinado em Pequim o acordo comercial entre Brasil e a RPC (BRASIL, Decreto nº 83.282, de 13 de março de 1979), cujo propósito era o de reforçar a amizade entre os dois povos e de fortalecer e desenvolver suas relações comerciais em base de igualdade e de benefícios recíprocos. Logo após a assinatura do acordo comercial, Brasil e China assinaram o Convênio de Transportes Marítimos, em 1979. Tal convênio tinha como objetivo incrementar suas relações econômicas e intensificar a cooperação no transporte marítimo (BRASIL, Decreto nº 85.314, de 5 de novembro de 1980).

Desse modo, as relações entre o Brasil e a China, nos anos de 1980, tornaram-se proeminentes pela construção do aparelho político-institucional que guiou à assinatura de vinte e três acordos, no decorrer do período. Destacando-se os acordos sobre ciência e tecnologia, utilização pacífica de energia nuclear, cooperação cultural e educacional e acordos para criação de consulados e órgãos militares (BECARD, 2008).

Cabe destacar que, nos anos de 1990, a assinatura de acordos de cooperação científicos e tecnológicos, com ênfase para as tecnologias espaciais, como o Projeto *China-Brazil Earth Resources Satellite* (CBERS), garantiu a ambos os Estados o domínio da tecnologia do sensoriamento remoto, estratégica para monitorar desmatamentos, áreas

agrícolas e o desenvolvimento urbano. O Programa CBERS é um exemplo que deu certo na cooperação Sul-Sul [4], ao se tratar de questões que envolvam tecnologia de ponta. Nos anos 2000, a cooperação científica e tecnológica foi expandida para os domínios das tecnologias da informação, biotecnologia e recursos genéticos (FUJITA, 2003).

No setor de planejamento e infraestrutura, foram realizados acordos em diversas áreas, conforme "Memorando de entendimento sobre cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China", de 2004. O referido Memorando apresentava as seguintes diretrizes: I) o incremento do comércio bilateral e o aumento das oportunidades de exportação de ambos os Estados; II) a construção de ferrovias, na qual as partes teriam que executar projetos de construção de ferrovias no Brasil, com vistas a impulsionar o desenvolvimento agroindustrial, como o fornecimento à RPC de soja, minério de ferro ou outros produtos; III) a construção, ampliação e modernização de portos no Brasil; e IV) investimentos na instalação de empresas de produção e comércio, como a cooperação na área de investimentos recíprocos em ferrovias, energia, equipamentos portuários, entre outras.

Em 2005, Brasil e China também desenvolveram parcerias de cooperação industrial em alguns setores estratégicos. Dentre esses setores, cabe especial destaque à metalurgia, aos recursos minerais (minério de ferro, minério de bauxita, minério de cobre, entre outros), à cadeia de processamento de produtos agrícolas e seus derivados; à construção civil; às indústrias das tecnologias da informação; à indústria biológica; e à indústria aeronáutica e espacial (LUZ, 2011).

No que tange ao relacionamento comercial sino-brasileiro, de 1974 até os dias atuais, o mesmo vem se fortalecendo com as visitações recíprocas de estadistas e empresários chineses e brasileiros. Para o ex-presidente chinês Jiang Zemin (1993-2003) "a China e o

[4] Segundo a ONU, a cooperação Sul-Sul é um mecanismo de desenvolvimento conjunto entre Estados emergentes em resposta a desafios políticos, econômicos e sociais comuns. Para saber mais sobre o tema, ver: https://nacoesunidas.org/tema/cooperacaosulsul.

Brasil, apesar de serem geograficamente tão distantes, são unidos estreitamente pelo objetivo idêntico de vitalizar a economia nacional, elevar o nível de vida do povo e salvaguardar a paz e a estabilidade do mundo" (ZEMIN, 2002, p. 504).

O Partido Comunista Chinês (PCC)[5] anunciou, em 1978, as reformas econômicas baseadas em quatro modernizações: agricultura, indústria, ciência e tecnologia. Estas foram os pilares do desenvolvimento da economia do Estado e foram tomados como objetivos prioritários da China. O Estado chinês, que vinha adotando uma postura de isolacionismo frente aos demais Estados, passou, a partir de 1979, a ter uma postura de aproximação com as grandes potências, na busca pelo desenvolvimento. Dessa forma, as reformas mencionadas foram adotadas por Deng Xaoping[6] (1978-1990) e marcaram a abertura comercial chinesa, permitindo o aumento das exportações e importações e a forte atração de investimentos externos. Esse cenário, por sua vez, acabou levando a China a uma extraordinária expansão econômica, tornando-se o Estado de mais alto e persistente crescimento econômico dos tempos modernos (MEDEIROS, 2008).

Segundo Pires e Paulino (2011), o fluxo comercial entre o Brasil e a China ocorreu de forma cautelosa, até a década de 1990. Em parte, tal resultado pode ser fruto das dificuldades encontradas pela economia brasileira neste período, haja vista a crise energética com os dois choques do petróleo na década de 1970, a crise da dívida externa e a crise fiscal. O comércio exterior foi afetado de forma mais acentuada, dado que o modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição das importações, adotado pelo Brasil, tornava o índice de comércio internacional muito baixo se comparado à economia mundial. Ademais, os reflexos das reformas econômicas da China não foram sentidos de forma tão

[5] O PCC é o partido que governa a China desde 1949. O partido foi fundado em julho de 1921 em Shanghai. O partido possui atualmente cerca de 87 milhões de membros e conta com apoio da maioria da população, beneficiada pelo avanço econômico (CHINA TODAY, s.d.).

[6] Deng Xiaoping foi o secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), tendo sido, de fato, o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1990. Foi o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna(CHINA TODAY, s.d.).

expressiva, como ocorrido após o seu ingresso na OMC[7], em 2001. Somente após 2001 a China teve a obrigação de cumprir todos os requisitos impostos pela OMC e, assim, a sua inserção representou um marco nas negociações multilaterais.

Observa-se que o fortalecimento na relação comercial sino-brasileira, no final do século XX, ocorreu paralelamente a um ciclo de forte crescimento da economia chinesa, da ordem de 10% ao ano, e de abertura econômica brasileira. Nesse cenário, o crescimento chinês teve profundos impactos em vários mercados globais, em particular no mercado de *commodities*, para atender a um crescimento centrado em manufaturas para exportações e com um peso significativo da indústria e dos investimentos em infraestrutura e construção civil (ROSITO, 2016).

De acordo com Pires e Paulino (2011), a aproximação nas últimas décadas entre Brasil e China conectou os dois maiores mercados emergentes do Oriente e do Ocidente, podendo representar uma nova estruturação da geografia econômica e diplomática do mundo, tendo em vista o potencial econômico apresentado pelos dois Estados. Por outro lado, a aproximação comercial também escondeu (e esconde) um viés político na tentativa de fortalecer a atuação conjunta dos dois Estados em organismos internacionais. A relação bilateral também se beneficiou de um diálogo mais frequente entre os Estados, em decorrência das suas participações no G-20[8], BRICS[9] e em outros mecanismos. Nesse sentido, o que se busca é um processo de cooperação Sul-Sul, para discussão e defesa de interesses comuns entre os Estados em desenvolvimento, frente aos desenvolvidos. Portanto, as relações

---

[7] Organização Mundial do Comércio (OMC) é uma organização criada com o objetivo de reduzir as restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral. A OMC surgiu oficialmente a partir de 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que começara em 1947 (GREMAUD, 2004).

[8] O G-20 (ou Grupo dos 20) é um grupo de Estados em desenvolvimento criado em 2003, na cidade de Genebra, durante fase final da preparação para a V Conferência Ministerial da OMC. O grupo concentra sua atuação em agricultura, o tema central da Agenda de Desenvolvimento de Doha (ONU, s.d.).

[9] BRICS refere-se aos Estados membros fundadores que juntos formam um grupo político de cooperação (o grupo BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China). Em 14 de abril de 2011, o "S" foi oficialmente adicionado à sigla BRIC para formar o BRICS, após a admissão da África do Sul ao grupo. O BRICS atua na esfera da governança econômico-financeira e também na de governança política (MRE, s.d.).

sino-brasileiras sempre foram vistas pelo Estado asiático como fundamentais para a sua inserção na América Latina.

Em 2004, os dois Estados criaram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), e suas respectivas subcomissões, avançando na consolidação da parceria estratégica e estabelecendo um importante instrumento de diálogo. Em abril de 2010, os respectivos presidentes assinaram o Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China (2010-2014), que buscou fortalecer a COSBAN e revitalizar o diálogo e seus mecanismos de acompanhamento e monitoramento em um momento de grande expansão dos laços comerciais, proporcionando o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral em áreas relevantes. O referido Plano de Ação Conjunta foi atualizado em 2014, estendendo sua vigência até 2021 (ROSITO, 2016).

Para promover a execução do Plano de Ação Conjunta, os governos assinaram o Plano Decenal de Cooperação Brasil-China (2012-2021). Na ocasião, foi anunciada a elevação das relações bilaterais à condição de Parceria Estratégica Global. Cabe, assim, destacar que esse plano tem por objetivo estabelecer prioridades e projetos chave para os dois Estados. Entre as ações prioritárias do Plano Decenal, destacam-se as de caráter econômico-comercial, de forma que as partes envidarão esforços para aumentar e diversificar os fluxos bilaterais de investimentos e aprimorar e elevar a cooperação econômica e comercial sino-brasileira. O Plano Decenal reitera o objetivo de diversificar as exportações brasileiras para a China em setores de maior valor agregado e o estabelecimento de metas de crescimento do comércio bilateral. E prevê, também, o fortalecimento da cooperação fitossanitária e o estímulo às atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor agrícola, com o objetivo de aumentar o valor agregado das cadeias produtivas e sua competitividade (BARBOSA, 2012).

Para Rosito (2016), o peso que adquiriu a China no cenário global como ator econômico, no século XXI, beneficiou diretamente o Brasil com o aumento das suas

exportações, e indiretamente pelo efeito geral da demanda chinesa sobre os preços das *commodities* que o Estado exporta. Por outro lado, as empresas brasileiras passaram a enfrentar a crescente concorrência das empresas chinesas.

Embora nos últimos anos a economia chinesa possa estar vivenciando ajustes e desacelerações no seu crescimento, este Estado prevalece com seu peso na economia global. No ano de 2009, a China tornou-se o principal destino das exportações brasileiras e a maior parceira comercial do Brasil. Em 2010, verificou-se um ponto de inflexão para os investimentos diretos chineses no Brasil, que desde então expandiram sua participação. E no ano de 2012, as importações de produtos chineses pelo Brasil também superaram os outros parceiros comerciais (ROSITO, 2016).

O breve histórico da relação entre Brasil e China nos mostrou que, com o restabelecimento das relações político-diplomáticas, em 1974, diversos acordos de cooperação foram estabelecidos, permitindo o estreitamento dos laços e o fortalecimento do relacionamento sino-brasileiro. No que tange à relação econômica, as trocas comerciais evoluíram lentamente até meados dos anos 1990, quando então o fluxo comercial entre os Estados entrou em uma fase de rápido crescimento, que perdura até o presente. Esse crescimento acelerado ocorreu, especialmente, em função da abertura econômica brasileira e do avanço das reformas econômicas na China, com destaque para a sua inserção na OMC, no ano de 2001.

Feito isso, no próximo capítulo é abordada a composição do intercâmbio comercial entre Brasil e China.

4 ANÁLISE DA RELAÇÃO COMERCIAL SINO-BRASILEIRA

O presente capítulo tem como propósito analisar a relação bilateral comercial entre Brasil e China, de forma quantitativa e qualitativa, por meio da Balança Comercial Brasileira, com base em dados estatísticos de Comércio Exterior, do MDIC**.** Antes de dar início à análise do fluxo comercial sino-brasileiro, ao longo dos últimos anos, faz-se necessário esclarecer algumas variáveis que são utilizadas ao longo do capítulo, quais sejam: importações, exportações, Balança Comercial, *Free On Board* e Sistema Harmonizado.

As importações são definidas como a quantidade de bens e serviços produzidos em outros Estados e que são adquiridos pelos agentes internos (pessoas, empresas e governo). Em contrapartida, as exportações são caracterizadas pela quantidade de bens e serviços produzidos internamente e que são vendidos (enviados) a outros Estados. A Balança Comercial (BC), por sua vez, representa, resumidamente, a diferença entre as exportações e importações de bens e serviços entre diversos Estados, que significa o saldo comercial (GREMAUD, 2004). Assim sendo, quando as exportações são maiores que as importações, observa-se um *superávit* na BC. Em contrapartida, quando as importações superam as exportações, a BC é deficitária.

Para efeito de análise, a metodologia aplicada para o estudo dos dados se dá por meio da classificação *Free On Board* (FOB), que significa que o exportador é responsável pela mercadoria até que ela esteja dentro do navio, no porto indicado pelo comprador. Assim como, utiliza-se a classificação do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias, ou simplesmente Sistema Harmonizado (SH), que é um método internacional de classificação de mercadorias, baseado em uma estrutura de códigos e respectivas descrições (MDIC, s.d.).

O GRAF. 1 permite verificar o comportamento da BC sino-brasileira no período

de 2008 a 2017. Pode-se observar que, com exceção do ano de 2008, as exportações brasileiras têm se mostrado superiores às importações, gerando um *superávit* na BC, evidenciando que a relação comercial entre Brasil e China tem sido benéfica para o Estado brasileiro.
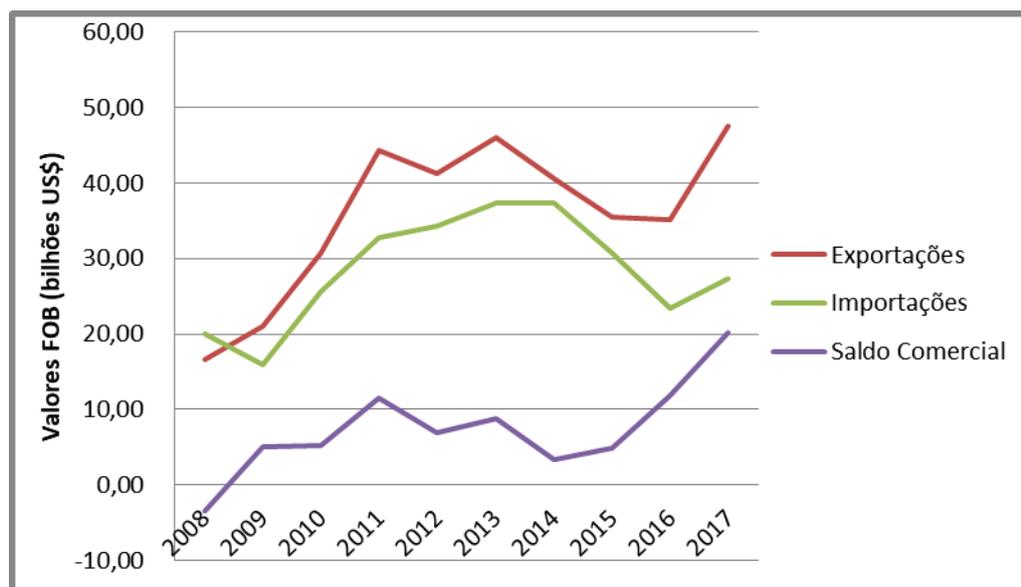
GRÁFICO 1 - Balança comercial Brasil e China 2008-2017
Fonte: Dados do MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

A crise financeira de 2008, iniciada nos Estados Unidos da América, foi a maior da história após a crise de 1929. Com a explosão da bolha imobiliária, intensificada pelo elevado endividamento e pelas inovações financeiras, a crise alcançou uma escala global em um curto espaço de tempo. A recusa do Federal Reserve - Fed (Banco Central dos EUA), em socorrer o banco de investimento Lehman Brothers e, posteriormente, sua falência em setembro de 2008, foram os eventos detonadores da crise. A atitude do Fed foi um marco no mercado financeiro americano, quebrando com a convenção de que o Estado salvaria todos os bancos afetados pelo fim da bolha especulativa no mercado imobiliário (OREIRO, 2011).

Segundo Rosito (2016), entre 2009 e 2011, as exportações brasileiras tiveram um salto, impulsionadas principalmente pela demanda chinesa. O aumento da demanda ocasionou

uma alta nos preços das matérias-primas e *commodities* brasileiras, contribuindo para um crescimento econômico brasileiro e acúmulo de reservas. O "*boom de commodities*" (ANEXO A), guiado por uma combinação de forte demanda de nações emergentes e baixo crescimento da oferta mundial, foi responsável por implicações importantes para o comércio sino-brasileiro. Por sua vez, a diminuição nos preços das *commodities*, a partir de 2011, foi consequência da desaceleração da economia chinesa. Como o Brasil possui percentual significativo de sua pauta de exportação em *commodities*, quanto menor o seu preço, pior a situação da sua balança comercial.

O saldo positivo da balança comercial, no período de 2015-2016, foi resultado, principalmente, da queda nas importações brasileiras de produtos chineses (GRAF. 1). A diminuição das importações ocorreu como consequência da recessão vivenciada pelo Brasil, pois com a queda da atividade econômica, as importações caíram, gerando acréscimos no saldo da balança comercial sino-brasileira. Em 2017, as importações voltaram a subir, mas o resultado positivo do fluxo comercial foi fruto, principalmente, da elevação dos preços das *commodities*, que impactou diretamente as exportações.

Verifica-se que o comportamento do saldo comercial sino-brasileiro, de 2008 a 2017, foi diretamente afetado por variáveis econômicas e políticas dos dois Estados, conforme descrito anteriormente. O saldo comercial brasileiro, em 2008, correspondeu ao valor negativo de US$ 3,5 bilhões. Em 2009, houve uma variação positiva de 44,70%, em relação a 2008. No ano de 2011, verificou-se um crescimento anual de 123% do saldo comercial. Nos anos de 2016 e 2017, os saldos comerciais corresponderam a, respectivamente, US$11,8 e US$20,2 bilhões (APÊNDICE).

Os dados, por ora analisados, permitem verificar o comportamento positivo da balança comercial brasileira em relação à China, nos últimos dez anos, e a tendência de crescimento do saldo comercial brasileiro, colaborando assim para o fortalecimento desse

relacionamento. No próximo item, é abordada a composição das exportações e importações brasileiras em relação à China.

4.1 Pauta de exportação

No ano de 2017, os principais destinos da exportação brasileira foram China (21,8%), Estados Unidos (12,3%), Argentina (8,1%), Países Baixos (4,25%) e Japão (2,42%), (MDIC, s.d.). Percebe-se, assim, que a participação da China se destaca em relação aos demais Estados. Tendo em vista estas informações, a TAB. 1, a seguir, apresenta um comparativo entre os dez principais produtos de exportação do Brasil para a China, durante o primeiro e o último ano do período em análise, 2008 e 2017, e suas participações no total exportado para o Estado asiático.

Ao longo do ano de 2008, a pauta exportadora para os dez principais itens respondeu por um total de 94,6% do total exportado. Observa-se entre os produtos com maior participação a soja e o minério de ferro, com aproximadamente 32,2% e 32,0%, respectivamente, e petróleo com 10%. Assim sendo, verifica-se a baixa participação dos produtos manufaturados entre os principais produtos de exportação (TAB. 1).

Analisando os principais produtos de exportação do Brasil para a China (TAB. 1), no ano de 2017, e suas participações no total exportado para o Estado asiático, constata-se que os dez primeiros itens da pauta de exportação responderam por 95,3% do total exportado. Observa-se também, que as exportações brasileiras para a China se concentraram em produtos agrícolas, minerais e energéticos, de forma que os três principais produtos corresponderam ao percentual de 81% dos produtos exportados do Brasil para a China, no mesmo ano. Destaca-se a participação da soja na pauta exportadora, com aproximadamente 43%, seguida de minério de ferro com 23% e petróleo com 15%. Convém mencionar a exportação do item “carnes e miudezas”, sendo o quinto item da pauta de exportação, com aproximadamente 4%.

TABELA 1

Os principais produtos de Exportação do Brasil para a China – anos 2008/2017

	2008		**2017**	
Descrição SH2	**Valor FOB (milhões US$)**	**% Exportação**	**Valor FOB (milhões US$)**	**% Exportação**
Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos	5.324,12	32,23	20.310,50	42,77
Minérios, escórias e cinzas	5.290,14	32,02	10.931,93	23,02
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação	1.702,80	10,31	7.364,89	15,51
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas.	690,46	4,18	2.572,55	5,42
Carnes e miudezas, comestíveis	-	-	1.790,66	3,77
Ferro fundido, ferro e aço	505,87	3,06	592,28	1,25
Peles e couros	373,53	2,26	523,02	1,10
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes	292,98	1,77	417,57	0,88
Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	250,17	1,51	404,14	0,85
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação	839,14	5,08	342,61	0,72
Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	367,32	2,22	-	-
Subtotal	**15.636,52**	**94,64**	**45.250,14**	**95,29**
Exportações Totais	**16.519,99**	**100,00**	**47.488,45**	**100,00**

Fonte: Dados do MDIC, 2018 **(**Elaboração pela autora).

Embora os produtos manufaturados tenham pouco espaço na pauta de exportação brasileira para a China, destaca-se a participação, dos itens “Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes” e “Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes”, ambos com aproximadamente 1% do total exportado, no ano de

2017 (TAB. 1). De acordo com Luz (2011, p. 76),

> A visita da presidente do Brasil ao país oriental, no ano de 2011, teve como objetivo diversificar a pauta das exportações brasileiras para a China, com destaque para as vendas das aeronaves da Embraer, por parcerias tecnológicas, inovação e desenvolvimento de produtos com tecnologia puramente binacionais.

Numa análise comparativa do ano de 2008, em relação ao ano de 2017, no que tange aos principais produtos de exportação, verifica-se que a concentração da pauta exportadora se manteve em poucos itens. Na mesma comparação, houve um acréscimo na participação da soja em relação ao total exportado, que passou de 32,23% para 42,77%. Entretanto, em relação ao minério de ferro houve uma redução na sua participação, de 32,02% para 23,02%. Quanto ao petróleo, houve um aumento na sua participação, de 10% para 15%. Cabe destacar que o item “carnes e miudezas”, no ano de 2008, não fazia parte dos dez principais itens da pauta de exportação (TAB. 1).

No ano de 2010, um dos principais motivos da visita do presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, à China, foi à abertura do mercado chinês às carnes de frango e suína vendidas pelo Brasil. Esse ato só reforça a expressiva exportação de produtos primários à China (LUZ, 2011).

O Estado asiático, maior importador mundial de minério de ferro e de soja, destaca-se também como o maior comprador da soja e do minério de ferro do Brasil, o que acarreta maior participação das *commodities* nas exportações brasileiras para a China. Desse modo, a expressiva demanda da China por *commodities*, e também de outros Estados emergentes, fez com que os preços desses produtos disparassem no mercado internacional (FRANCO, 2013).

Por fim, considerando a participação dos dois principais produtos da pauta de exportação, soja e minério de ferro, é notório que o Brasil possui vantagens comparativas em relação à China, na produção e comercialização de tais produtos, o que corrobora com a Teoria do Comércio Internacional, em seu modelo neoclássico; porque a referida teoria tenta

demonstrar que os Estados tendem a exportar produtos que utilizam intensivamente o fator de produção que possuem relativamente em abundância, pois quando os Estados se especializam na produção dos bens nos quais possuem vantagens comparativas, em tese, estarão em melhor situação.

4.2 Pauta de importação

No início do capítulo, verificou-se que as importações de produtos da China pelo Brasil têm aumentado nos últimos anos, com exceção dos anos de 2014 e 2015, nos quais a economia brasileira vivenciou um processo de desaceleração. A seguir, e de acordo com a TAB. 2, percebe-se que as importações do Brasil, vindas da China, totalizaram cerca de US$ 20 bilhões, no ano de 2008, sendo que os dois primeiros itens da pauta importadora responderam por 50% e consistem em itens manufaturados.

Em relação ao ano de 2017, no que tange a pauta de importação do Brasil, vinda da China (TAB. 2), os itens totalizaram cerca de US$ 27 bilhões, sendo que os dois primeiros itens foram responsáveis por 47,8% da referida pauta. Entre os principais produtos importados da China pelo Brasil, os itens referentes a "máquinas e equipamentos eletrônicos" e "reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos" responderam por 32,4% e 15,4%, respectivamente, do total importado. Convém mencionar a importação de "produtos químicos orgânicos" e "veículos automóveis, tratores, ciclos e outros", com a participação de 8% e 3%, respectivamente.

Ao analisar o ano de 2017, em relação a 2008 (TAB. 2), observa-se um acréscimo no valor importado, de US$ 20,0 bilhões para US$ 27,3 bilhões. Ademais, a concentração da pauta importadora manteve-se para os anos 2008/2017, haja vista que os dez primeiros produtos importados corresponderam a aproximadamente 75% e 73%, respectivamente, do

total importado. Em vista do exposto, verifica-se que parcela significativa das importações, no ano de 2008 e 2017, ficou concentrada no item "Máquinas, aparelhos e materiais elétricos; aparelhos de gravação/reprodução de som, aparelhos de gravação/reprodução de imagens", evidenciando assim a forte presença dos produtos manufaturados nas importações do Brasil, vinda da China.

TABELA 2

Os principais produtos de Importação da China pelo Brasil – anos 2008/2017

	2008		2017	
Descrição SH2	**Valor FOB (milhões US$)**	**% Importação**	**Valor FOB (milhões US$)**	**% Importação**
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens, e suas partes e acessórios	6.308,47	31,48	8.859,27	32,43
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	3.710,17	18,52	4.210,44	15,41
Produtos químicos orgânicos	1.195,60	5,97	2.211,54	8,09
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	542,97	2,71	874,36	3,20
Plásticos e suas obras	-	-	825,18	3,02
Instrumentos e aparelhos de óptica, de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos e suas partes	1.111,74	5,55	692,00	2,53
Ferro fundido, ferro e aço	644,23	3,22	632,72	2,32
Filamentos sintéticos ou artificiais	-	-	612,47	2,24
Adubos (fertilizantes)	457,83	2,28	523,39	1,92
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	508,83	2,54	522,40	1,91
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação.	646,82	3,23	-	-
Subtotal	**15.126,65**	**75,49**	**19.963,77**	**73,07**
Importações Totais	**20.038,01**	**100,00**	**27.321,50**	**100,00**

Fonte: Dados do MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

O crescimento elevado das importações brasileiras provenientes da China (APÊNDICE), nos últimos anos, com destaque para produtos manufaturados, sugere que os produtores nacionais podem estar sendo afetados pela concorrência externa (SOARES; CASTILHO, 2014).

Ainda segundo Soares e Castilho (2014), compreende-se que os cinco setores da Indústria da Transformação em que a ameaça chinesa para a indústria nacional pareceu mais efetiva, na última década, foram "Couro e indústria calçadista", "Plásticos e borrachas", "Outras manufaturas e reciclagem", "Têxtil e produtos têxteis" e "Equipamentos elétricos e óticos". No setor têxtil, a China ganhou mercado tanto dos fornecedores nacionais (os produtores domésticos incorreram em perdas), quanto de terceiros Estados. Outra característica relevante foi que as maiores dificuldades enfrentadas pelos produtores brasileiros aconteceram, em geral, no segmento de produtos acabados, com destaque para "equipamentos elétricos".

Por fim, foi constatado que tanto as exportações como as importações apresentaram uma tendência de crescimento, reforçando a parceria comercial entre o Brasil e a China. No que tange às importações de produtos chineses, pelo Brasil, as mesmas têm se caracterizado pelo aumento do valor agregado e do conteúdo tecnológico dos produtos transacionados. Desse modo, mediante às informações expostas, o capítulo a seguir aborda os reflexos da relação comercial entre Brasil e China para o Estado brasileiro.

5 O ESTADO BRASILEIRO E A SUA RELAÇÃO COMERCIAL COM A CHINA

O capítulo anterior apresentou uma análise da relação comercial sino-brasileira. Feito isso, neste capítulo a abordagem visa identificar como a referida relação tem impactado no Estado Brasileiro. Aborda-se, dessa forma, a questão da reprimarização[10] da pauta exportadora, do Brasil para a China, e seus reflexos para o Estado brasileiro por meio da vulnerabilidade externa, tendo em vista a Teoria da Interdependência Complexa.

Para tanto, tem-se em mente, nas próximas páginas, que as transformações globais que ocorreram a partir da última década do século XX estão associadas à ascensão da China como potência mundial – sendo esta, atualmente, somente superada pelos Estados Unidos da América. Além disso, percebe-se que a China tem se revelado como ator de maior destaque no processo de globalização econômica, que se caracteriza pelo crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital, acirramento da concorrência e maior interdependência entre as economias nacionais (PINTO; GONÇALVES, 2015).

5.1 Reprimarização

Segundo Gonçalves (2005), a economia brasileira experimentou uma inserção regressiva no sistema mundial de comércio, no período que vai do início do processo de liberalização comercial, em 1990, até a eclosão da crise cambial, em 1999. Essa inserção apresentou duas características marcantes, sendo a primeira a perda de competitividade internacional dos manufaturados e a segunda, a reprimarização das exportações.

Considerando a abertura comercial acentuada, em 1990, a indústria brasileira teve

---

[10] Segundo Gonçalves (2005), a reprimarização é um fenômeno que expressa a maior participação relativa de produtos primários nas exportações brasileiras em detrimento dos produtos manufaturados.

a tarefa de incorporar o progresso tecnológico, a fim de alavancar sua produtividade e competitividade. No entanto, baseando-se nas exportações brasileiras da década de 1990, identificou-se um processo contrário ao desejado. Entre 1990 e 1999, o Brasil reduziu a participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e aumentou a participação de itens primários, observando-se um processo de reprimarização da pauta exportadora. Essa tendência parece não ter se mantido no período 1999-2002, embora após esse ínterim tenha retornado o movimento de reprimarização, em decorrência do aumento dos preços e da demanda das *commodities* (GONÇALVES, 2016). Assim, em virtude do que foi mencionado, esse item aborda a relação entre o fluxo comercial sino-brasileiro e a reprimarização da pauta exportadora, do Brasil para a China, nos últimos anos.

Observa-se que, de acordo com a análise das exportações, no ano de 2017, o somatório dos principais produtos como a soja, o minério de ferro e óleos brutos de petróleo corresponderam a 81% da pauta exportadora. No conjunto dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China, a pauta continua fortemente marcada por produtos primários, com baixo grau de processamento e elevada intensidade de recursos naturais.

No acompanhamento das exportações e importações brasileiras por grau de elaboração do produto, o Brasil adota a classificação por fator agregado, conforme a metodologia do MDIC. Nesse conceito, os produtos são classificados como básico ou industrializado, sendo este último grupo subdividido em semimanufaturado e manufaturado. Além disso, segundo essa metodologia, os produtos básicos são aqueles que guardam suas características próximas ao estado em que são encontrados na natureza, ou seja, com um baixo grau de elaboração. São exemplos desse grupo, minérios e produtos agrícolas (café em grão, soja em grão, carne in natura, dentre outros). Já os produtos industrializados são os que sofreram transformação substantiva. Dentre esses últimos, os produtos semimanufaturados são aqueles que ainda não estão em sua forma definitiva de uso, quer final quer intermediário,

pois deverão passar por outro processo produtivo para se transformarem em produto manufaturado (exemplo: óleo de soja bruto que será transformado em óleo de soja refinado) (MDIC, s.d.).

A seguir, o GRAF. 2 apresenta a participação dos produtos, por fator agregado, da pauta de exportação do Brasil para a China, nos anos de 2008 e 2017.
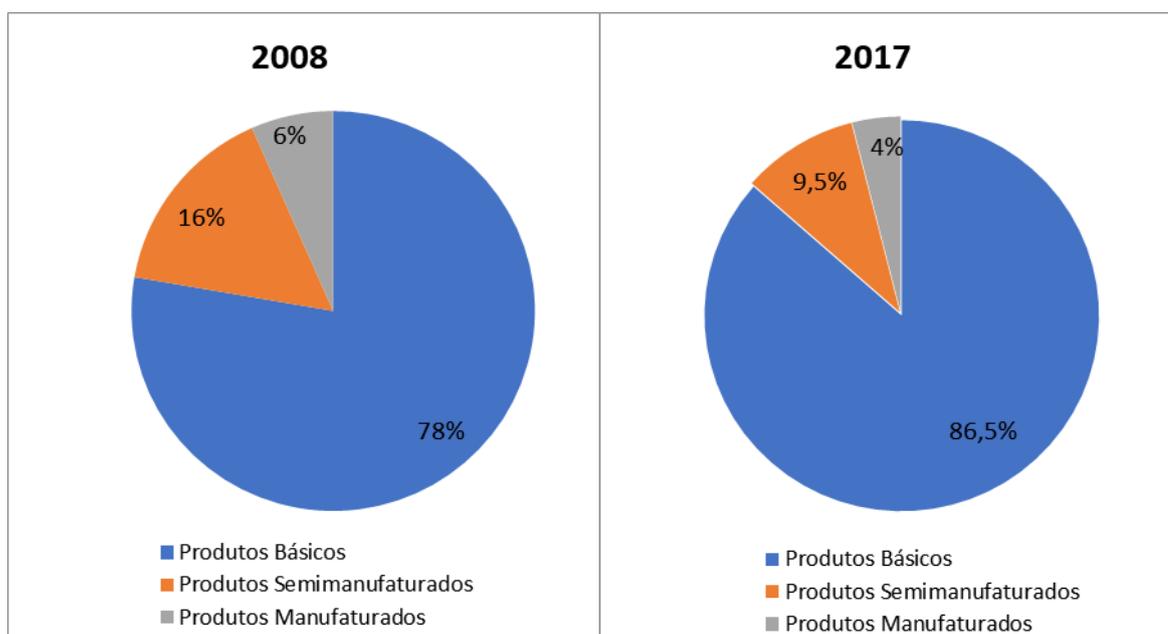
GRÁFICO 2 - Exportação do Brasil para a China, por fator agregado.
Fonte: Dados do MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

Com base nesse gráfico, depreende-se que a participação dos produtos básicos, em 2008, representava 78% das exportações para a China. Em 2017, houve um acréscimo na participação de tais produtos, que passaram a responder por 86,5% da pauta de exportação. No que tange aos produtos semimanufaturados e manufaturados, se compararmos o ano de 2008 e de 2017, percebe-se que houve uma redução na participação. Isso indica que estamos exportando produtos com menor fator agregado, ou seja, com baixo grau de elaboração.

Outra comparação que se pode fazer nesse item é quanto à classificação das exportações segundo a intensidade tecnológica dos setores. Conforme metodologia da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os produtos

classificados na indústria de transformação são agrupados nos seguintes níveis de intensidade tecnológica: alta, média-alta, média-baixa e baixa (MDIC, s.d). Desta forma, apenas os produtos classificados na indústria de transformação são agrupados em níveis de intensidade tecnológica, os demais produtos, por sua vez, são agrupados em “Não Industriais”. Portanto, atribui-se aos setores os quatro possíveis níveis de tecnologia:

- indústria de alta tecnologia: aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; e instrumentos médicos de ótica e precisão;
- indústria de média-alta tecnologia: máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semirreboques; produtos químicos, excluindo farmacêuticos; equipamentos para ferrovia e material de transporte; e máquinas e equipamentos mecânicos;
- indústria de média-baixa tecnologia: construção e reparação naval; borracha e produtos plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não-metálicos; e produtos metálicos; e
- indústria de baixa tecnologia: produtos manufaturados e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e celulose; alimentos, bebidas e tabaco; e têxteis, couro e calçados (BOLETIM REGIONAL DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010).

Analisando as exportações brasileiras segundo a intensidade tecnológica dos setores, nos anos de 2008 e 2017, em termos de participação no total exportado, ocorreram as seguintes alterações: produtos de alta tecnologia passaram de 5,4% para 4,5%; produtos de média-alta de 21,1% para 18,52%; produtos de média-baixa tecnologia de 17,9% para 12,76% e produtos de baixa tecnologia mantiveram a mesma participação, 26,5%. Esses itens acima representam a fatia dos produtos industrializados. Os produtos não industrializados ganharam espaço, atingindo 37,6% da fatia do total do valor exportado em 2017, superior aos 29,1%, em 2008 (ANEXO B).

Em relação aos produtos exportados do Brasil para a China, no ano de 2017, em termos de intensidade tecnológica, verificam-se as seguintes participações: produtos de alta tecnologia 1,05%; produtos de média-alta 2,19%; produtos de média-baixa tecnologia 2,03% e produtos de baixa tecnologia 12,7%. Os produtos "não industriais", por seu turno, corresponderam a 82,08% (MDIC, 2018), o que corrobora com a análise em termos de fator agregado.

Concluindo, percebe-se que o crescimento das exportações do Brasil para a China tem seguido uma trajetória ascendente, nos últimos dez anos. No entanto, esse aumento mostrou-se devido às expressivas quantidades de *commodities* enviadas à China. Nas diferentes óticas apresentadas, fator agregado e intensidade tecnológica, constatou-se que estamos exportando mais produtos primários, com baixo valor agregado e baixa tecnologia. Assim sendo, pode-se identificar o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora brasileira em relação à China, em decorrência da perda de participação da indústria, evidenciada pela queda das exportações de manufaturas, em favor do aumento da participação dos produtos primários. Apesar das relações comerciais da China com o Brasil aumentarem consideravelmente nos últimos anos, deve-se atentar para que não nos transformemos apenas em exportadores de matérias-primas para a China.

Em termos qualitativos, para que no futuro se beneficie das relações comerciais com a China, o Brasil deverá concentrar esforços para melhorar a qualidade de suas exportações, por meio do aumento da participação de produtos de maior valor agregado na pauta. Para tanto, será necessário desenvolver a indústria nacional, gerando emprego, renda, tecnologia e competitividade. No entanto, para melhorar a relação comercial sino-brasileira deve-se conhecer e explorar as potencialidades de mercado da China.

5.2 Vulnerabilidade externa

Neste item analisa-se como a relação bilateral comercial, entre Brasil e China, tem impactado na vulnerabilidade externa do Estado brasileiro e se esse relacionamento encontra-se em consonância com a Teoria da Interdependência Complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye, na qual as relações ocorridas no contexto geopolítico internacional nada mais são do que relações assimétricas de poder. Sendo assim, verifica-se como essa assimetria se faz presente nas negociações sino-brasileiras nos últimos anos.

Segundo Ramonet (1998), o processo de globalização tem gerado um sistema mais complexo de interdependências das economias nacionais. Entretanto, esse sistema de interdependências é significativamente assimétrico, de tal forma que se pode falar de "vulnerabilidade unilateral" por parte da grande maioria dos Estados, que têm uma capacidade mínima de repercussão em escala mundial. Logo, um Estado com vulnerabilidade unilateral é mais suscetível a mudanças no cenário internacional, enquanto os eventos domésticos têm impacto praticamente nulo sobre o sistema econômico mundial.

Gonçalves (2016), em sua obra, aborda a questão do Poder, Vulnerabilidade Externa e Hierarquia no Sistema Internacional. O autor parte do pressuposto que o Brasil tem um peso específico no cenário internacional, em decorrência de uma elevada base material de poder, que lhe fornece um grande poder potencial[11], ao mesmo tempo em que apresenta uma grande vulnerabilidade externa, o que implica em reduzido poder efetivo[12]. Desse modo, verifica-se, no Brasil, um enorme hiato de poder, que consiste no diferencial entre o poder potencial e poder efetivo.

Sendo assim, a vulnerabilidade externa pode ser definida como a probabilidade de

[11] O poder potencial do Estado assenta-se em uma base material de poder, que é o conjunto dos recursos materiais de poder. O poder potencial de um Estado nacional pode ser convertido em poder efetivo (DEUTSCH, 1968).

[12] O poder efetivo do Estado é a probabilidade real desse Estado realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Assim, o poder efetivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade econômica externa (GONÇALVES, 2016).

resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência. Além disso, cabe ressaltar que a vulnerabilidade tem duas dimensões: a primeira, que envolve as opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis; e a segunda, que incorpora os custos de enfrentamento ou de ajuste frente aos eventos externos (JONES, 1995).

Analisando a relação comercial sino-brasileira, no que tange as exportações brasileiras, observou-se o acréscimo na participação das exportações para China, em relação ao total exportado pelo Brasil para o mundo nos últimos anos, conforme TAB. 3 abaixo, tornando-se nossa principal parceira comercial. No ano de 2008, as exportações para a China responderam por 8,4%, do total exportado pelo Brasil, enquanto em 2017 foram responsáveis por 21,8%.

TABELA 3

Exportações brasileiras totais e para China (2008-2017)

Valores FOB (bilhões US$)

Ano	Exportações Totais	Exportações para China	% Exportação China/Total
2008	197,78	16,52	8,35
2009	152,91	20,99	13,73
2010	201,79	30,75	15,24
2011	255,94	44,30	17,31
2012	242,28	41,23	17,02
2013	241,97	46,02	19,02
2014	224,97	40,61	18,05
2015	190,97	35,55	18,62
2016	185,23	35,13	18,97
2017	217,74	47,49	21,81

Fonte: MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

No entanto, de acordo com a análise da relação sino-brasileira, apresentada no

capítulo 4, para o ano de 2017, tem-se observado uma concentração da pauta exportadora em *commodities*, haja vista que os três primeiros itens da referida pauta participaram com 81% do total exportado para a China. Logo, quanto mais elevado esse índice de concentração, maior tende a ser a vulnerabilidade externa do Estado frente a oscilações de preço e quantidade no sistema mundial de comércio de bens.

Considerando a dependência do Brasil em relação aos produtos primários exportados para a China, Gonçalves (2016. p. 83) menciona:

> Quando os interesses do agronegócio têm uma forte presença em um determinado Estado, a política externa desse Estado é focada na abertura de mercados para os produtos da agroindústria de exportação (soja, carne, etc.). Considerando que o agronegócio assenta-se nos grandes latifúndios com baixo coeficiente de geração de emprego, é provável que a expansão das exportações do agronegócio tenha um efeito negativo sobre a geração de renda e de emprego devido à desindustrialização e à desnacionalização do setor de serviços.

Ainda de acordo com Gonçalves (2016), na esfera comercial pode-se utilizar, entre os indicadores de vulnerabilidade econômica externa, o saldo normalizado do comércio de bens, que expressa a competitividade no sistema mundial de comércio de bens. Logo, quanto maior a competitividade menor a vulnerabilidade externa. O autor apresenta a seguinte fórmula para esse indicador:

$$(X_B - M_B)/(X_B + M_B)$$

sendo que X_B e M_B são as exportações e importações de bens, respectivamente.

A TAB. 4, abaixo, apresenta o indicador de vulnerabilidade externa (saldo normalizado do comércio de bens), para o período de 2008 a 2017, referente à relação comercial sino-brasileira. De acordo com os índices abaixo, podemos perceber uma baixa competitividade no comércio de bens, na relação Brasil e China, aumentando, assim, a vulnerabilidade econômica externa brasileira.

TABELA 4

Saldo normalizado do comércio de bens – Brasil e China (2008-2017)

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
-0,10	0,14	0,09	0,15	0,09	0,10	0,04	0,07	0,20	0,27

Dados: MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

Nos últimos anos, conforme demonstrado no decorrer do trabalho, constatou-se que a China se transformou em parceiro comercial imprescindível para o Brasil. No entanto, tal relação tem demonstrado uma assimetria que aparece nitidamente no intercâmbio sino-brasileiro, pois os chineses compram do Brasil, principalmente, *commodities* e oferecem, em troca, produtos industrializados e tecnológicos, além de investimentos, gerando, assim, ampla dependência de uma parte à outra. Dessa forma, verifica-se que a relação comercial entre Brasil e China tem se comportado conforme a Teoria da Interdependência Complexa e assim contribuído para a elevação da vulnerabilidade externa do Estado.

O Estado brasileiro precisa ter, como diretriz do seu projeto de desenvolvimento e de políticas domésticas, a redução da sua própria vulnerabilidade econômica externa. E no caso da relação sino-brasileira terá que reverter o processo de deslocamento da estrutura de produção na direção do setor primário-exportador. Dentre as principais consequências desse deslocamento vale destacar os processos de reprimarização do padrão de comércio exterior e de desindustrialização. Resta saber se, nos próximos anos, Brasil e China serão capazes de transformar a parceria comercial em instrumento gerador de benefícios mútuos, baseado na mais ampla reciprocidade. Assim sendo, mediante a análise feita ao longo dos últimos capítulos cabe, por fim, apresentar o próximo capítulo que traz conclusões finais acerca do presente trabalho.

6 CONCLUSÃO

O propósito do trabalho foi avaliar se a parceria sino-brasileira, na esfera comercial, tem aumentado a vulnerabilidade externa do Estado. Para isso, a pesquisa teve em vista a questão da reprimarização das exportações brasileiras para a China, que é caracterizada pela crescente participação das *commodities* na pauta exportadora do Estado brasileiro, e da perda de competitividade nos produtos manufaturados. Para atingir o objetivo da pesquisa, após o desenvolvimento do trabalho, responde-se, nas próximas páginas, ao seguinte questionamento: a relação comercial entre Brasil e China, nos últimos anos, caracterizou-se como assimétrica e de dependência para o Estado brasileiro?

Ao longo dessa pesquisa observou-se que, nas últimas décadas, a China ganhou destaque internacional em virtude do seu forte desempenho econômico, de forma que este Estado passou a assumir um papel mais dinâmico na política mundial. Por sua vez, com o avanço da modernização chinesa, baseada na industrialização intensiva, a política externa chinesa colocou-se particularmente a serviço da busca por mercados, energia e matérias-primas estrangeiros, considerados elementos basilares do desenvolvimento chinês. Tais transformações aproximaram, de sobremaneira, a China do Brasil.

Inicialmente, analisando o histórico de aproximação entre Brasil e China, verificou-se que, com o restabelecimento das relações político-diplomáticas, em 1974, diversos acordos de cooperação foram estabelecidos, permitindo o fortalecimento da relação entre dois Estados. No que tange ao relacionamento econômico-comercial, o mesmo se intensificou nos últimos anos, motivado, principalmente, pelo processo de abertura econômica brasileira e pelas reformas econômicas adotadas pela RPC e a sua inserção no sistema multilateral de comércio. A entrada da China na OMC foi imprescindível para completar as reformas econômicas internas das últimas décadas.

Em seguida, por meio da análise das relações comerciais sino-brasileiras, ao longo dos últimos dez anos, constatou-se um comportamento positivo da balança comercial brasileira em relação à China e a tendência de crescimento do saldo comercial brasileiro, representando não apenas o crescimento das relações comerciais entre Brasil e China, mas também a construção de uma parceria comercial que tem gerado resultados, até então, positivos para o Brasil, colaborando assim para o fortalecimento desse relacionamento. De 2016 para 2017, o saldo comercial saltou de US$ 11,7 bilhões para US$20,2 bilhões, ambos aproximadamente, ou seja, uma elevação de 72,7%, devido às expressivas quantidades de *commodities* enviadas à China. No entanto, quando se observa o tipo de mercadoria exportada para a China e a mercadoria importada pelo Brasil, revela-se um risco iminente para a estrutura produtiva brasileira e para a sustentação dos resultados positivos.

No que tange à pauta exportadora brasileira, identificou-se que a sua composição consiste, principalmente, de produtos primários, com destaque para as *commodities.* Os principais produtos de exportação do Brasil para a China, no ano de 2017, foram a soja, o minério de ferro e o petróleo bruto, que responderam por 81% das exportações brasileiras para a China. Em relação à pauta importadora do Brasil, vinda da China, observou-se que em sua maioria são produtos de alto valor agregado e conteúdo tecnológico, com destaque para o item “máquinas e equipamentos eletrônicos”, que no ano de 2017 foi responsável por 32,4% do total importado.

Ainda na análise da relação comercial entre Brasil e China, verificou-se que o comportamento da pauta exportadora brasileira encontra-se em consonância com a Teoria do Comércio Internacional, modelo neoclássico com enfoque neofatorial, os quais prevê que os padrões de vantagens comparativas são determinados pela diferença de fatores de produção, de tal forma que os Estados mais ricos em recursos naturais tendem a exportar produtos primários. Convém destacar, que apesar das relações comerciais da China com o Brasil terem

aumentado nos últimos anos, é válido atentar para que o Brasil não se transforme apenas em mero produtor e exportador de matérias-primas para a China.

No último capítulo, abordou-se como a relação sino-brasileira tem impactado no Estado brasileiro, apresentando a questão da reprimarização e da vulnerabilidade externa. A reprimarização foi definida como um fenômeno que expressa a maior participação relativa de produtos primários nas exportações brasileiras em detrimento dos produtos manufaturados, sendo observado esse comportamento no Brasil desde a década de 1990, evidenciando uma inserção regressiva do Brasil no comércio internacional.

Na análise da relação comercial entre Brasil e China, nos últimos anos, constatou-se na pesquisa por fator agregado, o aumento da participação de produtos primários na composição da pauta exportadora. No ano de 2008, os produtos primários representavam 78% da referida pauta, passando para 86,5% em 2017, o que significa uma redução dos produtos semimanufaturados e manufaturados. Na análise das exportações por intensidade tecnológica, observou-se que 82% da exportação do Brasil para a China, no ano de 2017, é referente a produtos “não industriais", o que corrobora com a análise em termos de fator agregado. Assim sendo, identificou-se o fenômeno da reprimarização da pauta exportadora brasileira em relação à China, em decorrência da perda de participação da indústria, evidenciada pela queda das exportações de manufaturas, em favor do aumento da participação dos produtos primários.

No que tange à vulnerabilidade externa, verificou-se que, ao iniciar-se a segunda década do novo século, a China transformou-se em parceiro imprescindível para o Brasil, e a sua participação na exportação total brasileira apresentou um comportamento ascendente nos últimos anos. No ano de 2017, as exportações do Brasil para a China foram responsáveis por aproximadamente 22% do total exportado. Considerando o alto grau de concentração da pauta exportadora brasileira, para o Estado asiático, em *commodities*, maior tende a ser a

vulnerabilidade externa do Estado frente a oscilações de preço e quantidade no sistema mundial de comércio de bens. Por meio do indicador de vulnerabilidade econômica externa, conhecido como “saldo normalizado do comércio de bens”, que expressa a competitividade no sistema mundial de comércio de bens, observa-se a baixa competitividade do Brasil em relação ao comércio com a China, aumentando assim a sua vulnerabilidade externa.

Além disso, o presente trabalho se baseou na teoria da interdependência complexa, desenvolvida por Robert Keohane e Joseph Nye, para melhor entender os aspectos que levaram a uma maior aproximação entre Brasil e China. Segundo a referida teoria, a interdependência complexa revela que os atores são mutuamente dependentes, mas sem uma simetria verdadeira. Sendo assim, essa assimetria aparece nitidamente nas negociações sino-brasileiras, que em vários momentos nos remetem às antigas relações impérios-coloniais, ou seja, com a troca de produtos de alto valor agregado por produtos primários, gerando ampla dependência de uma parte à outra.

No futuro próximo, as relações sino-brasileiras dependerão, em grande medida, não apenas de conjunturas econômicas favoráveis, mas sobretudo de boas escolhas técnicas e políticas do Estado brasileiro em relação ao comércio internacional com a China, visando à redução da sua própria vulnerabilidade econômica externa. Em particular, o Brasil terá como grande desafio aproveitar as oportunidades propiciadas pelo forte crescimento chinês para desenvolver setores industriais que façam uso intenso de tecnologia, aumentando a exportação de produtos manufaturados brasileiros para os chineses. A superação de tal desafio será fundamental para que as relações sino-brasileiras alcancem uma maior simetria no futuro próximo. Resta saber se, nos próximos anos, Brasil e China serão capazes de transformar a parceria comercial bilateral em instrumento gerador de benefícios mútuos, baseado na mais ampla reciprocidade e que levem a uma maior simetria entre os dois Estados.

Conclui-se, ao final, que as relações comerciais entre China e Brasil caracterizaram-se como assimétricas e de dependência. Confirmou-se, assim, a hipótese inicial, visto que o Brasil ofereceu ao dragão chinês, de maneira geral, produtos primários em troca de produtos industrializados e tecnológicos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ (Brasil). **Anuário estatístico 2017**. Disponível em: <http:// www.antaq.gov.br/ Anuario2017> Acesso em: 03 jul. 2018.

BARBOSA, Rubens. **Parceria estratégica global com a China.** Instituto Millenium, 2012. Disponível em: <www.institutomillenium.org.br/artigos/parceria-estrategica-global-china.> Acesso em: 15 maio 2018.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China:** política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: FUNAG, 2008.

BLAINEY, Reinaldo Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2011.

BRASIL. Decreto nº 83.282, de 13 de março de 1979. **Promulga o acordo comercial Brasil - República Popular da China.** Presidência da República. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-83282-13-marco-1979-432522-norma-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

______. Decreto nº 85.314, de 3 de novembro de 1980. **Promulga o convênio sobre transportes marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Presidência da República. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85314-3-novembro-1980-434756-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Memorando de entendimento sobre cooperação entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China de 2004**. Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/pt-BR>. Acesso em: 18 maio 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Séries históricas de comércio exterior**. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis> Acesso em 07 jul. 2018.

DEUTSCH, Karl W. **The analysis of international relations**. Nova Jersey: Prentice-Hall, 1968.

ECONOMIC indicators for over 200 countries. **The Global Economy.** Disponível em: <www.theglobaleconomy.com/China/data_gdp_current_local_currency/> Acesso em: 7 jul. 2018.

EVOLUÇÃO das exportações brasileiras por grau de intensidade tecnológica: uma abordagem regional da crise. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil,** out. 2010. Disponível em: <www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2010/10/br201010b2p.pdf.> Acesso em: 06 jul. 2018.

FRANCO, Ana Silvia Martins. **O perfil concentrado das exportações brasileiras para a China**. Análise Conjuntural, v. 35, n.1-2, jan./fev. 2013. Disponível: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_35_1b.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

FUJITA, Edmundo Sussumu: O Brasil e a China: uma parceria estratégica modelar. **Revista Política Externa,** São Paulo, v. 2, n. 4, p.59-70, mar./maio 2003.

GEMAN, Helyette. ***Commodities* and commodity derivates:** modeling and pricing for agriculturals, metals and energy. Chichester: Wiley, 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional:** fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

______. **Economia política internacional:** fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Antônio Sandoval de; TONETO Jr., Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JONES, R. J. Barry. **Globalisation and interdependence in the international political economy:** rhetoric and reality. Londres: Pinter Publishers, 1995.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence:** world politics in transition. Boston: Little, Brown and Company, 1977.

______. Power and interdependence in the information age. **Foreign Affairs**, v. 77, n. 5, p. 81-94, set./out. 1998. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1998-09-01/power-and-interdependence-information-age> Acesso em: 23 jun. 2018.

LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo:** capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce. **The National Interest**, n. 20, p. 17-23, summer 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42894676>. Acesso em: 25 maio 2018.

LUZ, Arnaldo José da. As relações comerciais sino-brasileiras no século XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, RN, v. 2, n. 2, p. 65 - 78, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/33/33> Acesso em 25 maio 2018.

MEDEIROS, Carlos. China: desenvolvimento econômico e ascensão internacional. **Excedente** (Grupo de Economia Política IE-UFRJ), 2008. Disponível em: <http://www.excedente.org/artigos/china-desenvolvimento-economico-e-ascensao-internacional >. Acesso em: 25 maio 2018.

Organização das Nações Unidas, ONU. **Cooperação Sul-Sul.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ cooperacao sulsul>. Acesso em: 05 jun. 2018.

OREIRO, José Luís. **Origem, causas e impacto da crise 2011**. Disponível em: <http:// https://www.ecodebate.com.br/2011/09/15/origem-causas-e-impacto-da-crise-financeira-global-de-2008-artigo-de-jose-luis-oreiro>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Manual do candidato:** política internacional. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

PINHEIRO, Letícia. Restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Revista Estudos Históricos**. v. 6, n. 12, 1993. Disponível em: < bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1965>. Acesso em: 27 maio 2018.

PIRES, Marcos Cordeiro; PAULINO, Luís Antônio. **As relações entre China e América Latina num contexto de crise:** estratégias, intercâmbios e potencialidades. São Paulo: LCTE Ed., 2011.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ROSITO, Tatiana. Evolução das relações econômicas Brasil-China e perspectivas futuras. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China 40 anos de relações diplomáticas**: análises e documentos. Brasília: FUNAG, 2016.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck; CASTILHO, Marta dos Reis. O impacto das importações chinesas na indústria brasileira nos anos 2000. Encontro Nacional de Economia, 42., 2014, Natal. **Anais do XLII Encontro Nacional de Economia** Natal: ANPEC. Natal, 2014. Disponível em: < https://www.anpec.org.br/encontro/2014>. Acesso em: 25 jun. 2018.

THE COMMUNIST party of China (CPC, CCP). **China Today.com**: China information base. Disponível em: <www.chinatoday.com/org/cpc>. Acesso em: 30 maio 2018.

VESENTINI, José William. **Nova ordem, imperialismo e geopolítica global**. São Paulo: Papirus, 2003.

WIESE, Hernane Elesbão. **Teoria da dependência e da interdependência Complexa.** INVESTIDURA Portal Jurídico. Disponível em: <investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/relacoes-internacionais/70-teoriadainterdep>. Acesso em: 14 maio 2018.

ZEMIN, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

APÊNDICE

TABELA 5

Evolução do Comércio Brasil-China (2002-2017)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial (SC)	Variação anual SC (%)
2002	2.521	1.554	967	-
2003	4.533	2.148	2.385	146,64
2004	5.441	3.710	1.731	-27,42
2005	6.835	5.355	1.480	-14,50
2006	8.402	7.990	412	-72,16
2007	10.749	12.621	-1.872	-554,37
2008	16.520	20.038	-3.518	87,93
2009	20.995	15.905	5.090	44,69
2010	30.748	25.591	5.156	1,29
2011	44.305	32.786	11.518	123,39
2012	41.226	34.245	6.981	-39,39
2013	46.023	37.326	8.697	24,58
2014	40.612	37.339	3.273	-62,36
2015	35.550	30.715	4.835	47,71
2016	35.133	23.358	11.776	143,56
2017	47.488	27.321	20.167	71,26

Fonte: Dados do MDIC, 2018 (Elaboração pela autora).

ANEXO A
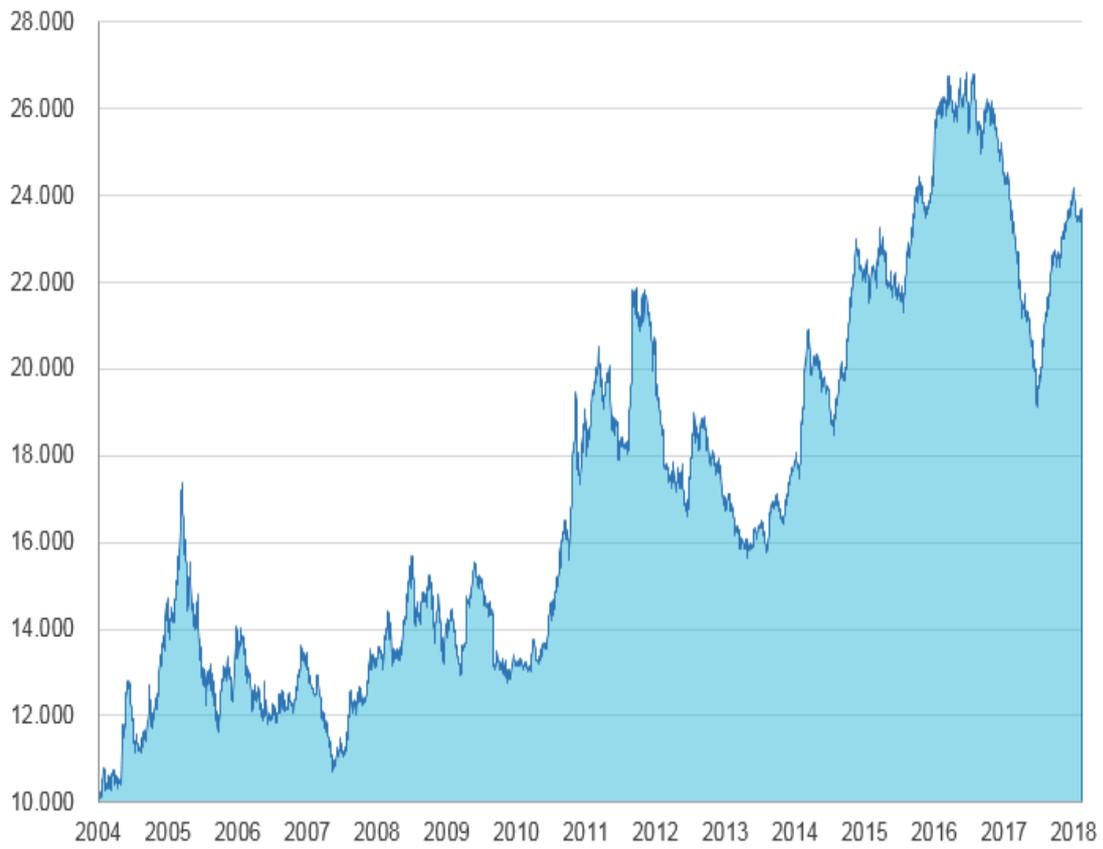
GRÁFICO 3 - Índice de *Commodities* Brasil (ICB), 2004-2018.

Fonte: BM&F BOVESPA, 2018.

ANEXO B
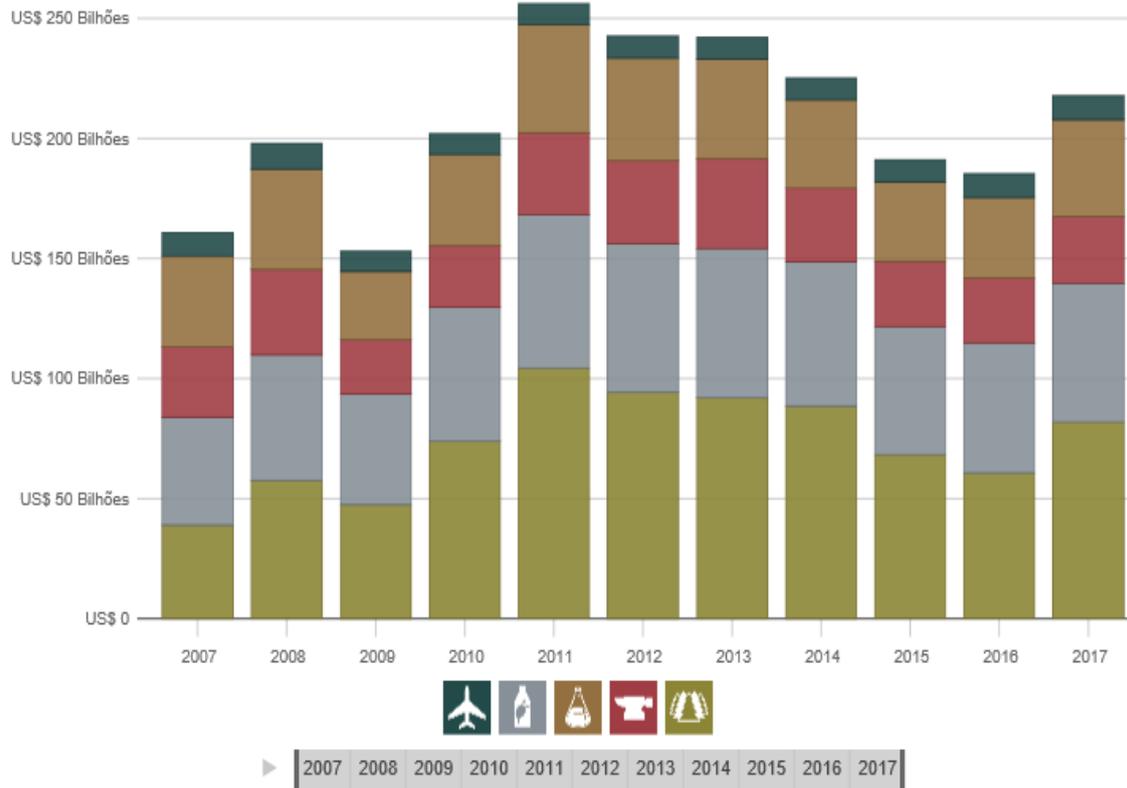
GRÁFICO 4 - Exportações totais do Brasil, por intensidade tecnológica, 2007-2017.

Fonte: Comex Vis - MDIC, 2018.